

Brasília, 03 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Brasil Energia Online

Segunda-feira, 02 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Petrobras bate o próprio recorde de depósito de patentes	3
---	----------

Migalhas

Segunda-feira, 02 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.280	4
--------------------------------	----------

Terra - Notícias

Segunda-feira, 02 de fevereiro de 2026 | Direitos Autorais

Shakira acusada de plágio por compositores de Léo Santana	9
--	----------

Congresso em Foco

Segunda-feira, 02 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

PL do Ozempic prevê extensão de patentes por atraso no INPI	10
--	-----------

Petrobras bate o próprio recorde de depósito de patentes



Com 184 novos pedidos registrados no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi)**, a Petrobras bateu, em 2025, o próprio recorde de depósitos de patentes pelo quinto ano consecutivo

Com 184 novos pedidos registrados no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi)**, a Petrobras bateu, em 2025, o próprio recorde de depósitos de patentes pelo quinto ano consecutivo. A companhia detém, atualmente, mais de 1400 patentes ativas, no Brasil e no exterior.

Segundo a estatal, as quase 200 patentes depositadas atendem demandas de áreas como Exploração e Produção, Refino e Logística, além de focar em ganhos de eficiência, segurança e sustentabilidade. São tecnologias para otimização de poços, intervenções submarinas e sistemas de ancoragem e inspeção, ferramentas de movimentação e mecanismos de segurança operacional, entre outras, além das relacionadas à Transição Energética, biomassa e microalgas, por exemplo.

O Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação da Petrobras, o Cenpes, é responsável por desenvolver e estimular, nas diversas áreas da empresa, a maior parte das pesquisas inovadoras que viabilizam e sustentam as estratégias de negócio da companhia - além de coordenar as parcerias com outros atores do ecossistema inovador.

O orçamento anunciado pela companhia para PD&I; (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), no atual do Plano de Negócios para os próximos cinco anos, é de US\$4 bilhões, com cerca de 20% do orçamento do total desse valor dedicados, em 2026, ao baixo carbono, e a previsão de atingir 40% em 2029 e 2030.

MIGALHAS nº 6.280



Segunda-Feira, 2 de fevereiro de 2026 - Migalhas nº 6.280.

Fechamento às 07h43.

"Os rios começam por um olho d'água."

Monteiro Lobato

Migalhas de volta

Ao contrário do que sugere o título desta migalha, nunca saímos de cena. O que está de volta, a partir de hoje, é a cobertura cotidiana dos tribunais superiores.

STF de volta

Como quem retorna ao palco depois do prólogo, o STF abre hoje, às 14h, o Ano Judiciário de 2026. Na quarta-feira, a Corte retoma as sessões presenciais: com toga, pauta cheia e plateia atenta. Entre os temas "master", no sentido amplo da palavra, as regras do CNJ para o uso de redes sociais por magistrados. Migalhas acompanha os debates, ao vivo. ()

STJ de volta

O STJ também desperta do recesso com agenda robusta, inaugurando o calendário das 1ª, 2ª e 3ª seções. No cardápio jurídico, há de tudo um pouco: anistia política, fornecimento de medicamentos à base de cannabis, indenizações pelo desastre de Mariana e, no campo penal, a delicada discussão sobre o chamado temor reverencial em casos de estupro. Pauta densa, sem espaço para superficialidades. ()

TST de volta

No TST, a agenda é de muito labor, literal e metaforicamente falando. O Tribunal analisará se fraudes na terceirização autorizam o reconhecimento de vínculo direto com a tomadora de serviços,

além de outros importantes debates sobre novos modelos de contratação.

Repercussão geral

Ao longo de 2025, o STF reconheceu a repercussão geral em 54 novos temas discutidos em recursos extraordinários. Entre os temas de maior impacto estão discussões sobre a lei da anistia e crimes da ditadura militar. ()

De tudo um pouco

Em decisão que mistura Direito, memória afetiva e trilha sonora, magistrado julgou o caso de um motorista carreteiro que desviou a rota para usar o banheiro. Citou a infância, a avó, a gastroenterologia e até uma canção do Skank para concluir que a punição foi desproporcional. Afinal, quem nunca? A Justiça, quando quer, também sabe ser humana. ()

Xereta

Agente de saúde pública que acessou conversas privadas de superior hierárquica no WhatsApp e divulgou o conteúdo acabou condenada a indenizar a chefe. Nem toda curiosidade merece recompensa, e a intimidade ainda é um bem juridicamente protegido. ()

Estado branco?

Santa Catarina defendeu no STF a indefensável lei 19.722/26, que veda cotas raciais em universidades públicas e privadas com recursos estaduais. O governador alegou que o critério racial não se justifica diante do perfil demográfico do Estado, onde mais de 80% da população se declara branca. A PGR pediu a suspensão imediata da norma. ()

Entenda a lei

Compreenda os principais pontos da lei catarinense que proibiu cotas raciais no ensino superior estadual. ()

Cotas raciais

Ministro Salomão manteve candidato autodeclarado pardo na lista de cotistas de concurso para serventias extrajudiciais, ao entender que a reclassificação

judicial é medida comum e não compromete a ordem pública. ()

Venezuela

Presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez anunciou que enviará à Assembleia Nacional projeto de lei de anistia abrangendo episódios ocorridos no país desde 1999. A proposta foi acompanhada da defesa de ampla reforma do sistema de Justiça, além do anúncio de que o Helicóide - conhecido como centro de tortura - deverá ser fechado e transformado em espaço social. ()

Apoio, logo existo (Sustineo, ergo appareo)

Como foi dito no início desta nossa edição, a retomada das sessões nos tribunais superiores marca também a volta de nossa cobertura plena de STF, STJ e TST. E, quando o topo do Judiciário entra novamente em cena, o movimento não fica restrito aos plenários: as decisões e os debates passam a irradiar efeitos por toda a estrutura judicial do país. Convém registrar, contudo, que a engrenagem nunca parou. Ministros e juízes em todo o Brasil seguiram trabalhando nos últimos dias, como mostramos em diversas decisões publicadas durante o recesso. O que se altera agora é o alcance das repercussões, que ganham densidade quando os tribunais voltam a se reunir. Ou seja, é a presença dos julgadores que produz esse efeito. É justamente esse ponto - estar presente, marcar presença - que faz toda a diferença. Por isso, estar no rol de apoiadores de Migalhas significa também, de certa forma, existir no meio jurídico. E, mais do que simplesmente "estar", trata-se de ser visto, lembrado e reconhecido pelo mercado. E, sejamos francos, em tempos de excesso de informação, ser percebido (com qualidade) vale tanto quanto existir. ()

"Sempre teremos Paris"

Desde que se aposentou do STF, em outubro de 2025, ministro Barroso tem se dedicado à atividade acadêmica. Em janeiro, como professor visitante na Universidade Sorbonne, na capital da França, ele abordou os desafios das novas tecnologias para o Direito, especialmente diante da rápida difusão das plataformas digitais e da inteligência artificial. Paris, ao que parece, continua sendo uma boa ideia. ()

Estudos

A propósito, o último número da Harvard Latin American Law Review trouxe artigo do ministro Barroso, escrito em coautoria com Patrícia Perrone, intitulado "Inteligência Artificial: Promessas, Riscos e Regulação. Algo de novo debaixo do sol", sobre os desafios jurídicos da inteligência artificial e a necessidade de uma regulação orientada por direitos fundamentais. ()

Direto da Redação

Hoje pela madrugada, alguns redatores surgiram no portentoso edifício sede de Migalhas com aquele ar de quem virou a noite: olhos cansados, passos lentos, café em dose reforçada. Ainda assim, havia algo curioso: uma alegria mal disfarçada, quase clandestina, convivendo com o cansaço. O mistério foi esclarecido pelo sr. Yuri, nosso correspondente informal dos bastidores. A pista decisiva apareceu no banheiro, quando um dos "predadores" da pauta saiu e deixou escapar, por baixo da camisa social, uma camisa alvinegra. Ali estava o motivo do cansaço evidente e da alegria incontida. A inusitada situação foi perdoada, pois, como diz o cantor, ser corintiano é ser também um pouco mais brasileiro - ou, parafraseando, um pouco mais migalheiro.

Não é brincadeira

TST condenou associação a indenizar serralheiro vítima de ofensas racistas no ambiente de trabalho. Para o colegiado, as chamadas brincadeiras feitas pelo gerente configuraram racismo recreativo. ()

Transfobia no trabalho

TRT-2 reconheceu a rescisão indireta de contrato de trabalho e condenou empresa ao pagamento de indenização por danos morais, diante de assédio e violência transfóbica praticados no ambiente laboral. ()

Transfobia no trabalho - II

Já o TRT-3 reconheceu a discriminação sofrida por educador social trans não binário, orientado a não falar sobre sua identidade de gênero na instituição onde trabalhava. Silenciar identidades também é forma de violência. ()

Controle de jornada

Empresa é condenada a pagar horas extras a analista que trabalhou em home office. ()

Migas

Operadoras questionam no STF licenças ambientais para instalação de antenas. () Empresa indenizará funcionária que sofreu assédio sexual por mais de 10 anos. () Giovanna Baby consegue proibir uso de "PhytoCell Tec" pela Beauty Lab. () Tatuador indenizará cliente por não finalizar tatuagem. () Companhia indenizará moradora que teve casa inundada por esgoto. () 99 indenizará motorista por dados já usados em cadastro fraudulento. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Migalhas de Direito das Organizações

João Laudo Camargo e Ronald Sharp analisam o status jurídico próprio dos empreendimentos de economia solidária, destacando que a aplicação do regime da sociedade simples assegura uma regência coerente e maior segurança jurídica. ()

Leitura Legal

Eudes Quintino de Oliveira Júnior relata o caso de um furtador que devolveu um carro ao perceber a presença de uma criança, revelando uma ética e uma responsabilidade inesperadas. ()

Migalhas de peso

- "Duplo grau de jurisdição e custas recursais no Juizado Especial: Quando recorrer se torna inviável", por Manoel Paulino da Silva Neto, Diogo Furtado e Maurício Ferreira do Nascimento Junior (Queiroz Cavalcanti Advocacia). ()

- "Litigância predatória e os limites da sustentabilidade do Judiciário", por Tereza Cristina Oliveira Ribeiro (Lee, Brock, Camargo Advogados [LB-CA]). ()

- "Novo sistema de logística reversa de embalagens de plástico - Impactos nos negócios", por Cecília Segre Moneva Viveiros e Vinicius Laender (LEMONS Advocacia Para Negócios). ()

- "A responsabilidade civil nas startups e fintechs", por Gisleine Dariane Marques de Farias Mattiello (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "MEDIF e FREMEC: A segurança de voo frente ao aumento exponencial de passageiros com necessidades especiais", por Anibal Pereira da Silva Junior e Viviane Ferreira (Parada Advogados). ()

- "Prontuário médico não é arquivo da clínica, é dado sensível protegido por lei", por Tatiana Veras (André Menescal Advogados). ()

- "O novo êxodo de talentos: Por que o Brasil se tornou protagonista nos vistos EB-1 e EB-2", por Witer Desiqueira (Witer, Personi & Moore an International Law Corporation). ()

- "Relativização da exclusão de empresas do Simples Nacional à luz do princípio da razoabilidade", por Adriel Mafra Limas (Jaime da Veiga e Laudelino Netto Advogados Associados). ()

- "O fenômeno da antecipação da eleição. Análise do requerimento de declaração de elegibilidade", por Vladimir Belmino de Almeida (ABRADEP). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Baú migalheiro

Há 185 anos, em 2 de fevereiro de 1841, com a desintegração da República Federal da América Central, El Salvador se constituiu como Estado independente, tornando-se uma república unitária separada das demais províncias centro-americanas. A antiga federação, formada após a independência da Espanha, havia sido marcada por conflitos internos e guerras civis entre facções liberais e conservadoras. O colapso político e militar resultou na formação de cinco novos países soberanos: El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. (Compartilhe)

Sorteio

Fique atento e participe do sorteio da obra "Do comando e controle à regulação responsiva" (Editora Dialética, 596p.), escrita por Lucía Ferrés, que examina a adoção gradual e fragmentada da regulação responsiva pela CVM, seus impactos, riscos de insegurança jurídica e compatibilidade com o marco legal. Concorra a um exemplar! ()

Novidades

Cassel Ruzzarin Advogados lança o e-book "Caderno Jurídico 2026.1", uma publicação analítica e abrangente sobre os principais temas que impactaram a vida funcional dos servidores públicos e de suas entidades de representação ao longo de 2025. O material reúne julgados, normas e proposições legislativas. A edição também traz reflexões prospectivas para 2026. () Leonardo Quintanilha e Paulo

Cremonese (Machado e Cremonese - Advogados Associados) divulgam nota sobre "A Convenção de Montreal e a declaração especial de valor na visão dos Tribunais Superiores". () Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados traz uma apresentação sobre o REDATA - Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter. O material tem por objetivo apresentar, de forma sistematizada e prática, os principais aspectos do novo regime. () Vivacqua Advogados divulgou "Informativo Semanal" com questões da Receita Federal. ()

Migalhíssimas

Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente - Como advogar em Portugal", com o tema "Primeiras Oportunidades Profissionais: Como atuar autonomamente?". Hoje, às 12h, pelo canal do YouTube mentoriaoabrj. () Presidente do IAB, Rita Cortez (AJS - Cortez & Advogados Associados) participa da solenidade de abertura do "Ano Judiciário", hoje, às 14h, na sede do STF, em Brasília. Ives Gandra da Silva Martins (Advocacia Gandra Martins) participa, no dia 5/2, às 10h, de cerimônia da "Academia William Shakespeare", na ALESP. O evento homenageia personalidades de destaque nas áreas jurídica, política e social com a entrega da honraria que leva seu nome e celebra o legado e as contribuições do jurista ao país. No dia 10/2, Édis Milaré, Lucas Tamer Milaré e Thiago Sales Pereira, do Milaré Advogados, participam de seminário que será promovido pela Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu, para discutir os "40 anos da Lei da Ação Civil Pública". Na ocasião, será divulgada a obra coletiva "Ação Civil Pública após 40 anos", publicada pela Thomson Reuters Brasil, sob a coordenação de Édis Milaré, que foi um dos coautores do anteprojeto que se converteu na referida lei. () Ministro Vantuil Abdala, de Abdala Advogados, foi designado como 1º vice-presidente do Conselho Superior de Relações do Trabalho da FIESP. () Escritório Bacellar&Luz Advocacia recebe o selo "Great Place to Work". ()

Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, coordena a "Pós-graduação em Direito da **Propriedade Intelectual**" da PUC-Rio, cujas aulas iniciarão em março de 2026. As inscrições estão abertas. As aulas são online e simultâneas. Informações, .

Compliance& LGPD

Omnisblue LGPD | Compliance oferece uma plataforma completa de "Compliance& LGPD", com automação, gestão de riscos e processos alinhados às melhores práticas. ()

Save the date

IASP realiza o "Curso de Extensão Processo Penal e Tecnologia", com início em março, em formato híbrido e aulas noturnas. Vagas limitadas! ()

Educação continuada

FGV Direito Rio abre inscrições para o curso presencial de educação continuada "Reflexos Penais da Regulação". Início em 27/4, com carga horária de 12 horas. Inscreva-se! ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Sento Sé

MG/Conceição das Alagoas

MG/Rio Novo

SP/Ilha Comprida

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Aí tem"

Veja

"Só vai restar um"

IstoÉ

"A guerra da escala 6 x 1"

The New York Times - EUA

"Fires Rebut Elites' Denials Of Cordial Ties To Epstein"

The Washington Post - EUA

"More kids are in ICE custody"

Le Monde - França

"En colère, les petits patrons s'estiment délaissés"

Corriere della Sera - Itália

"Sicurezza, stretta dopo Torino"

Clarín - Argentina

"Con ayuda de EE.UU. el Gobierno le paga una deuda al Fondo"

El País - Espanha

"El PSOE se arriesga a sufrir su peor resultado histórico en Aragón"

Público - Portugal

"Barragens libertam água que equivale ao consumo de Lisboa em três anos"

Die Welt - Alemanha

"Linke nennt CDU-Pläne gegen Kindergeldbetrug 'böseartig'"

The Guardian - Inglaterra

"Mandelson quits Labour party as pressure grows over Epstein links"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Toffoli orientou achar 'contradição' e 'omissões' em fala de diretor do BC"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Salário inicial é recorde com escassez de mão de obra e alta do mínimo"

O Globo - Rio de Janeiro

"Volta do Congresso pressiona governo com vetos e prazo curto para pautas eleitorais"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Rota estratégica marcada pelo perigo"

Correio Braziliense - Brasília

"Oficiais condenados pelo golpe vão a julgamento no STM"

Zero Hora - Porto Alegre

"A cada quatro dias, uma mulher é morta no RS por violência de gênero"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Legislativo retoma trabalhos sob clima de prévia eleitoral em PE"

Shakira acusada de plágio por compositores de Léo Santana



Processo envolve suposta semelhança entre hit brasileiro e a faixa 'Shakira: BZRP Music Sessions Vol. 53', parceria da cantora com Bizarrap

Compositores de um sucesso de Léo Santana decidiram entrar na Justiça contra Shakira, alegando que a música Shakira: BZRP Music Sessions Vol. 53, feita em colaboração com o produtor argentino Bizarrap, apresenta trechos semelhantes ao hit brasileiro. O caso ganhou repercussão internacional e promete movimentar o cenário musical. As informações são da revista Variety.

Entre os autores que reivindicam os direitos está a cantora e compositora Mariana Fagundes, que afirma ter identificado elementos de sua criação na faixa de Shakira. A ação judicial busca reparação financeira e reconhecimento da autoria, destacando que o plágio teria ocorrido em partes específicas da melodia e da letra.

O processo, que já está em andamento, coloca em evidência a relação entre artistas brasileiros e internacionais, mostrando como a música transcende fronteiras, mas também pode gerar disputas legais quando há suspeita de apropriação indevida de obras.

Shakira: polêmica reacende debates sobre **direitos autorais**

A polêmica envolvendo Shakira e os compositores brasileiros reacende debates sobre **direitos autorais** na indústria musical. O episódio mostra que, mesmo em um mercado globalizado, a proteção das criações artísticas continua sendo um tema central. Casos como esse chamam atenção não apenas dos fãs, mas também de profissionais da área jurídica e da indústria fonográfica.

Segundo os envolvidos, a semelhança entre as músicas não pode ser considerada coincidência. "A melodia e a construção da faixa apresentam elementos que remetem diretamente ao nosso trabalho", afirmaram os compositores em nota divulgada à imprensa. A declaração reforça a seriedade da acusação e amplia a expectativa em torno do julgamento.

O impacto da ação pode ser significativo para Shakira, que já possui uma carreira consolidada e reconhecida mundialmente. A cantora colombiana, ao lado de Bizarrap, alcançou milhões de reproduções com a faixa Shakira: BZRP Music Sessions Vol. 53, tornando o caso ainda mais relevante para o mercado musical.

Do lado brasileiro, o envolvimento de Léo Santana e Mariana Fagundes coloca em destaque a força da música nacional e sua influência além das fronteiras. O episódio mostra que artistas brasileiros estão atentos à valorização de suas obras e dispostos a defender seus direitos em qualquer instância.

A disputa judicial ainda não tem previsão de desfecho, mas já movimenta fãs e especialistas. O caso reforça como o entretenimento pode se transformar em pauta jurídica e como grandes nomes da música internacional, como Shakira, podem se ver envolvidos em polêmicas inesperadas.

PL do Ozempic prevê extensão de patentes por atraso no INPI

Proposta aumenta o prazo da patente de medicamentos como Ozempic, Keytruda, Opdivo, Eylea e Stelara. Publicidade Expandir publicidade

De autoria do deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), o projeto de lei 5.810/2025 institui um mecanismo de ajuste do prazo de vigência de patentes nos casos em que ocorra atraso na tramitação administrativa não imputável ao titular. A proposta altera a Lei de **Propriedade Industrial**.

O projeto estabelece que sempre que houver atraso comprovado que não seja causado, direta ou indiretamente, por ações ou omissões do titular, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** deverá instaurar um processo administrativo para ajustar o prazo de vigência da patente.

"Sem segurança jurídica não há investimento. E sem investimento não há emprego, inovação ou crescimento econômico", afirmou o parlamentar.

Na prática, o chamado "PL do Ozempic" favorece produtos com patentes prestes a expirar, ao adiar a concorrência de versões genéricas ou similares, geralmente mais baratas. Além do Ozempic, cujo vencimento está previsto para este ano, estariam nesse grupo medicamentos de alto custo utilizados no tratamento de câncer e doenças autoimunes, como Keytruda, Opdivo, Eylea e Stelara.

Lei atual garante 20 anos de patente. Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

A lei atual garante 20 anos de patente. O texto permite que o titular da patente solicite ao **INPI** a compensação proporcional do atraso administrativo, limitada a até cinco anos, garantindo que o prazo efetivo de proteção não fique abaixo do padrão internacional de 20 anos.

Caso a proposta avance, a exclusividade poderá ser estendida por até cinco anos, o que tende a postergar a entrada de concorrentes no mercado e elevar

os custos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com Alberto Neto, o projeto é uma resposta à insegurança jurídica que afasta investimentos e penaliza quem produz inovação no Brasil.

O deputado alegou que o projeto tem como objetivo a atração de investimentos nacionais e estrangeiros, especialmente em setores estratégicos como indústria, tecnologia, fármacos, biotecnologia e inovação.

"O Brasil precisa decidir se quer ser um país moderno, competitivo e inovador ou continuar refém da burocracia e da insegurança jurídica. Este projeto é um passo firme na direção do desenvolvimento."

A proposta prevê uma exceção para titulares de patentes já concedidas e não expiradas, desde que a demora administrativa já tenha sido objeto de questionamento judicial até a data de promulgação da lei; nestes casos, o ajuste poderá ser requerido no prazo de 60 dias

Em 2021, o STF invalidou o dispositivo da Lei de **Propriedade Industrial**, que também prorrogava o prazo de patente em razão da demora do **INPI** na análise do processo administrativo patentário. Por maioria, os ministros entenderam que a prorrogação do prazo feria diversos princípios constitucionais, tais como a segurança jurídica e a livre concorrência.

Leia a íntegra da decisão da ADI 5529.

Tramitação

Nesta segunda-feira (2), o projeto foi recebido pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços e aguarda designação de relator e depois será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). A proposta está sujeita à apreciação conclusiva.

Leia a íntegra da proposta.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	7
Marco regulatório INPI	1,8
Propriedade Industrial	1,8
Propriedade Intelectual	2,3,4,5,6